

Notícia

Medidas de contenção do Coronavírus no Brasil seguem para sanção



O plenário do Senado aprovou PL [23/20](#), que estabelece regras e medidas para controle, em território brasileiro, da epidemia do coronavírus. Prevê isolamento, quarentena e fechamento de portos, rodovias e aeroportos para entrada e saída do Brasil. De acordo com o governo, a proposta é necessária porque a legislação brasileira está defasada quanto à definição de instrumentos jurídicos e sanitários adequados para o combate ao vírus. A futura lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional relacionada ao vírus.

Abaixo: https://www.migalhas.com.br/quentes/319927/medidas-de-contencao-do-coronavirus-no-brasil-seguem-para-sancao?U=3897C7F4_C4C&utm_source=informativo&utm_medium=765&utm_campaign=765

Suspensão da CNH e de passaporte é tipo de medida restritiva excepcional



Durante a tramitação de processo junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), uma das partes solicitou a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e do passaporte, além do bloqueio dos cartões de crédito dos sócios da empresa executada na ação. Na segunda instância, coube à Primeira Turma analisar o pedido, em sede de agravo de petição.

Abaixo: <http://m.aasp.org.br/clipping/MobileNoticia.aspx?idnot=30975>

Notícia

Rescisão de contrato de alienação fiduciária deve ser regida por legislação especial

Ao julgar caso sobre rescisão contratual nos casos de compra e venda de imóvel com alienação fiduciária em garantia, o ministro Moura Ribeiro, da 3ª turma do STJ, reconheceu a aplicação da lei de alienação fiduciária, afastando a incidência do Código de Defesa do Consumidor.

A mulher ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com restituição de valores pagos contra o banco e a incorporadora imobiliária, alegando não ter condições de manter o pagamento das prestações, que se tornaram excessivamente onerosas.

Em 1ª instância o pedido foi julgado improcedente. O TJ/SP deu parcial provimento ao apelo da cliente, entendendo que “admitese a iniciativa da rescisão pelo comprador que não reúne condições de honrar as obrigações contratuais”.

Abaixo: https://www.migalhas.com.br/quentes/319921/rescisao-de-contrato-de-alienacao-fiduciaria-deve-ser-regida-por-legislacao-especial?U=3897C7F4_C4C&utm_source=informativo&utm_medium=765&utm_campaign=765

Projeto de Lei

Câmara de Piracicaba aprova projeto que torna mais rígida a lei de proibição a fogos artificiais



Proposta, que ainda passará por segunda votação, amplia o veto a quaisquer artefatos pirotécnicos com ruídos em eventos públicos ou privados, em ambientes fechados e abertos.

A Câmara de Piracicaba (SP) aprovou um projeto de lei complementar do vereador Marcos Abdala (REP) que amplia a restrição à queima de fogos de artifícios na cidade.

Além vetar quaisquer artefatos com ruídos, o texto prevê veto ao manuseio deles em eventos realizados em ambientes fechados e abertos, em áreas públicas ou privadas. O documento isenta da proibição, no entanto, eventos considerados Patrimônios Culturais Imateriais no Município.

Abaixo: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2020/02/11/camara-de-piracicaba-aprova-projeto-que-torna-mais-rigida-a-lei-de-proibicao-a-fogos-artificios.ghtml>

Obrigado por nos prestigiar e nos colocamos à disposição para dúvidas, esclarecimentos, críticas e sugestões. ATÉ A PRÓXIMA!